CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 0408/81 - DRE-6/Sul nº 2940/80
INTERESSADO: ESCOLA DE ENFERMAGEM "ABC "/SÃO BERNARDO DO CAMPO
ASSUNTO : Regularização da vida escolar de Lídia de Oliveira Coelho
RELATOR : CONSELHEIRO BAHIJ AMIN AUR
PARECER CEE Nº 0759/81 - CESG - Aprovado em 15/5/81.

I - RELATÓRIO

1.- HISTÓRICO:

1 - A diretora da Escola de Enfermagem "ABC" de São Bernardo do Campo dirige-se à 2a. Delegacia de Ensino do São Bernardo do Campo, a fim de expor a situação da aluna Lídia de Oliveira Coelho, a seguir:

1.1 - nascida a 26 de janeiro de 1963, matriculou-se em 15 de janeiro de 1979 no Curso de Qualificação Profissional III de Auxiliar de Enfermagem, sem ter a idade mínima de 17 anos prevista pela Deliberação CEE nº 25/77 e pelo Regimento Escolar;

1.2 - Concluído o curso, seu certificado foi encaminhado ao COREN - Conselho Regional de Enfermagem, para o registro profissional, ocasião em que foi percebida a irregularidade.

2 - A diretora da escola esclarece que a aluna matriculou-se no referido curso com a documentação em ordem, exceto o título de eleitor, que só é entregue no final do curso, quando os candidatos completam 18 anos.

Em esclarecimentos prestados na 2a. DE de São Bernardo do Campo, em 09/09/80, a interessada alegou que não sabia que sua idade não lhe permitia a matrícula e muito menos agiu, na ocasião, de má fé.

3 - As autoridades de ensino que analisaram os autos são de parecer que, muito embora tenha havido erros, tanto por parte da escola como por parte da aluna, se deve levar em conta que é justa a regularização pretendida, pois a aluna, embora não tivesse a idade exigida para ingresso no curso, demonstrou sempre um bom aproveitamento, responsabilidade no campo de estágio e respeito aos pacientes.

2.- APRECIÇÃO:

1 - A Deliberação CEE nº 25/77, que estabelece as normas para a formação dos Cursos de Auxiliar e Técnico de Enfermagem, diz no artigo 15 que "para matrícula nos Cursos de Qualificação Profissional de Enferma-

PROCESSO CEE Nº 0408/81 - PARECER CEE Nº 0759/81 - fls. 02 -

gem, Habilitação Parcial, exigir-se-ão idade mínima de 17 anos e certificado de conclusão do ensino de 1º grau ou estudos equivalentes".

2 - Cabe à escola verificar, por ocasião das matrículas, se os candidatos possuem os pré-requisitos necessários para ingresso nos cursos. Essas situações podem ser facilmente averiguadas através de uma simples verificação pela secretaria escolar.

3 - Apesar de não possuir a idade mínima exigida por lei, a aluna progrediu em seu curso, realizando-o com aproveitamento e com "responsabilidade no campo de estágio e profundo interesse profissional e respeito ao paciente". O erro maior foi da escola que aceitou a matrícula e consentiu que a aluna concluísse seu curso sem uma análise correta dos seus documentos. Aliás, a aluna fez jus a bolsa de estudos de 50%, concedida pela própria Escola.

II - CONCLUSÃO

1 - Convalidara-se, excepcionalmente, a matrícula e os atos escolares praticados por Lídia de Oliveira Coelho no Curso de Auxiliar de Enfermagem da Escola de Enfermagem ABC de São Bernardo do Campo/SP.

2 - A Escola deve ser alertada para que tal irregularidade não se repita.

CESG, em 22 de abril de 1981

a) CONSELHEIRO BAHIJ AMIN AUR
RELATOR

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o Voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: Bahij Amin Aur, José Augusto Dias, José Maria Sestílio Mattei, Renato Alberto T. Di Dio e Roberto Ribeiro Bazilli.

Sala das Sessões, em 29 de abril de 1981

a) CONSº JOSÉ AUGUSTO DIAS - PRESIDENTE

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, aos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Paaquale", em 13 de maio de 1981

a) Cons^a MARIA DE LOURDES MARIOTTO HAIDAR - Presidente